



**CIDADE DE
SÃO PAULO**
GOVERNO

Edital de Chamamento Público no 023/SGM/2020

Processo SEI no 6011.2020/0003674-4

Data Room

Objeto: apresentação de subsídios para a concepção de projeto em parceria com a iniciativa privada para execução dos serviços de digitalização e microfilmagem, preservação digital e gestão documental-arquivística, incluindo a eventual remodelagem ou requalificação das edificações, a administração predial e exploração imobiliária do Arquivo Público do Município de São Paulo.

- 1) Legislação Relevante** (o mapeamento preliminar de legislação listado abaixo é referencial e não exime os interessados de realizarem seus próprios levantamentos):
- **Lei Federal nº 5.433/1968** – Regulamenta a microfilmagem de documentos oficiais e dá outras providências;
 - **Lei Federal nº 8.159/1991** – Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências;
 - **Decreto Federal nº 1.799/1996** – Regulamenta a Lei nº 5.433/1986, que regulamenta a microfilmagem de documentos oficiais, e dá outras providências;
 - **Decreto Federal nº 4.073/2002** – Regulamenta a Lei nº 8.159/1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados;
 - **Lei Municipal nº 14.141/2006** – Dispõe sobre o processo administrativo na Administração Pública Municipal;
 - **Lei Federal nº 12.527/2011** – Lei de Acesso à Informação;
 - **Lei Federal nº 12.682/2012** – Dispõe sobre a elaboração e o arquivamento de documentos em meios eletromagnéticos.
 - **Resolução CONARQ nº 39/2014** – Estabelece diretrizes para a implementação de repositórios digitais confiáveis para a transferência e recolhimento de documentos arquivísticos digitais para instituições arquivísticas dos órgãos e entidades integrantes do SINAR (alterada pela Resol. CONARQ nº 43/2015);



**CIDADE DE
SÃO PAULO**
GOVERNO

- **Decreto Municipal nº 57.783/2017** – Dispõe sobre a Política de Gestão Documental e o Sistema de Arquivos do Município de São Paulo;
- **Portaria SG nº 46/2017** – Estabelece os procedimentos para eliminação e transferência de documentos no âmbito da Administração Pública Municipal;
- **Lei Federal nº 13.709/2018** – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD);
- **Decreto Federal nº 10.474/2020** – Aprova a estrutura regimental da Agência Nacional de Proteção de Dados;
- **Decreto Municipal nº 59.767/2020** – Regulamenta a aplicação da LGPD no âmbito da Administração Municipal direta e indireta;
- **Decreto Federal nº 10.278/2020** – Regulamenta o disposto no inciso X do caput do art. 3º da Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019, e no art. 2º-A da Lei nº 12.682, de 9 de julho de 2012, para estabelecer a técnica e os requisitos para a digitalização de documentos públicos ou privados, a fim de que os documentos digitalizados produzam os mesmos efeitos legais dos documentos originais;
- **Decreto Municipal nº 60.049/2021** – Fixa o valor dos preços de serviços prestados por Unidades da Prefeitura do Município de São Paulo.